

**Fernando Reinach** fernando@reinach.com

Relação de poder altera comportamento

Numa relação entre duas pessoas, sempre que existe uma assimetria no acesso a um bem, se cria uma relação de poder. Pode ser dinheiro, hierarquia ou conhecimento. Relações de poder afetam a interação entre pessoas e têm consequências práticas: abuso econômico, coerção, discriminação racial, abuso sexual, favorecimento, e uma enorme lista de possibilidades que todos vivenciamos por experiência própria. A propensão de exercer o poder parece ser uma característica do ser humano. A novidade é um estudo em que foi possível medir as diferenças de poder entre pares de indivíduos e quantificar como essa diferença altera o comportamento e o resultado da interação.

O estudo foi feito no sistema de atendimento de emergências de saúde do Exército norte-americano. Esse sistema só atende membros do Exército e todos os médicos que o integram são da corporação. Se um militar precisa de

um atendimento de emergência, ele é direcionado automaticamente ao primeiro médico disponível. Não há possibilidade de escolha e, portanto, o atendimento é aleatório.

Nos sistemas de saúde em geral existe uma relação de poder: o paciente tem menos conhecimento que o médico e, tende a delegar as decisões e a confiar nas recomendações. Por trás dessa relação existe a confiança de que o médico é altruísta e trata todos os pacientes da mesma maneira. Existe a suspeita generalizada, e muitos relatos, de que isso não é verdade. O caso mais óbvio ocorre quando um médico trata melhor outro médico, uma pessoa famosa ou rica. Esse estudo no sistema do Exército demonstrou que esse fenômeno, de fato, sempre ocorre.

Os cientistas tiveram acesso aos dados de 1.547.851 interações médico/paciente, envolvendo 856.357 pacientes distintos e 1.340 médicos. Em todos os casos, tanto médicos quanto pacientes eram militares e,

portanto, possuíam patentes militares. Um tenente podia atender um general ou um sargento. Assim, além do poder do conhecimento (médico sabe mais que paciente), em todos os casos havia o poder hierárquico intrínseco ao Exército (um tenente obedece a um general, mas manda em um sargento). Para cada uma dessas

Será que é esse o nosso destino, sermos animais condenados a mandar e obedecer?

interações, os cientistas estabeleceram a diferença hierárquica. Se ambos eram do mesmo ranking, a diferença de poder era zero. Ela era positiva, e variava de 1 a 3, se o paciente tivesse ranking superior ao médico. E era negativa quando o paciente tinha ranking inferior ao médico (de -1 a -5). Feito isso, cientistas analisaram como o atendimento, e o resul-

tado do tratamento, variava.

O resultado quantitativo é claríssimo e impressionante. Quanto maior era a diferença de poder hierárquico, maior era o esforço do médico em tratar o paciente. Os generais eram mais bem tratados que os sargentos. Essa diferença aparece em vários indicadores de exames e consultas. Os mais poderosos tinham maior probabilidade de serem convidados a uma segunda consulta de acompanhamento nos próximos 30 dias. E o resultado desse esforço extra dos médicos resultava em uma maior taxa de sucesso na cura das doenças diagnosticadas. Ou seja, como num campo de batalha, basta a patente superior para modificar o tratamento. Mas não é só isso. Nos dias em que os médicos tinham consultas com pacientes superiores, a qualidade do tratamento dos inferiores era mais baixa. E a discordância racial entre médico e paciente também diminuía a qualidade do tratamento.

Esse resultado demonstra que o poder extra que um médico tem sobre os pacientes desaparece frente ao simples fato de uma pessoa possuir uma patente militar superior. E esse poder hierárquico altera de maneira radical o comportamento dos médicos. É claro que num ambiente militar a questão da hierarquia é uma forma de poder muito forte e provavelmente outras formas de poder não têm um efeito tão grande no comportamento dos médicos.

Mas o que me parece mais impressionante é essa tendência quase inata do ser humano a se curvar e reverenciar qualquer forma de poder, mesmo que ela não esteja diretamente relacionada à natureza da interação que está ocorrendo. Será que é esse nosso destino, sermos animais condenados a mandar e obedecer? ●

MAIS INFORM: HOW POWER SHAPES BEHAVIOR: EVIDENCE FROM PHYSICIANS. SCIENCE 10.1126/SCIENCE.ADL3835 2024

É BIÓLOGO, PHD EM BIOLOGIA CELULAR

SEI. Daniel Martins de Barros (a cada 15 dias) • SAB. Fernando Reinach • DOM. Renata Cafardo (a cada 15 dias) e Rosely Sayão (a cada 15 dias) • QUINZENALMENTE Gonzalo Vecina e Sergio Cimerman

Educação básica

Há 11,4 milhões que não sabem ler e escrever no País, aponta IBGE

Analfabetos eram 7% da população com 15 anos ou mais, segundo Censo 2022; índice é alto, mas mantém sequência de queda

O Brasil tem 11,4 milhões de analfabetos, o que representa 7% do total da população com 15 anos ou mais, segundo levantamento divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a 2022. Apesar de ainda seguir alto, o índice manteve uma sequência histórica de queda: em 2010, o censo apontou que 10% dos brasileiros não sabiam ler e escrever um bilhete simples. Em 1940, quando iniciou a série, a taxa era de 56%.

O estudo foi baseado nos resultados do Censo 2022 e só considera os brasileiros com 15 anos ou mais, que é o recorte mais utilizado internacionalmente para aferir a taxa de alfa-

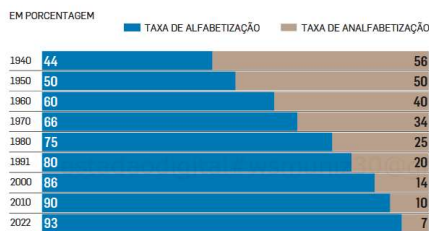
betização. O IBGE informou que os dados sobre a população entre 5 e 14 anos serão divulgados em outro momento.

Em 2022 o País tinha 163 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais. Desse total, 151,5 milhões eram considerados alfabetizados, o que equivale a 93% do universo na faixa etária. O estudo mostra ainda que quase todo Estado apresentou melhores taxas em relação ao censo anterior, de 2010, enquanto alguns seguiram estáveis – todos acima da média nacional. “Esses indicadores são um retrato do investimento em educação feito em décadas passadas. Essa queda (no analfabetismo) já era esperada, porque novas gerações mais educadas vão substituindo as gerações mais velhas e menos educadas”, afirma Betina Fresneda, que é analista do IBGE.

O nível de alfabetização, contudo, não é uniforme considerando as cinco grandes regiões do País. Enquanto que no Sul o

DETALHAMENTO

Dados do censo consideram os brasileiros com 15 anos ou mais



FONTE: IBGE // INFOGRÁFICO: ESTADO

índice chega a 97% da população; no Nordeste, está em 86%. O Nordeste teve melhoras em todos os Estados, mas nenhum dos nove que formam a região ultrapassou 87%.

Disparidades
Na Região Sul, o índice de alfabetização chega a 97% da população; no Nordeste, está em 86%

A disparidade tem a ver com dificuldades históricas de acesso à educação. “O Brasil tem um histórico de atraso e de intermitência de garantia de recursos para a educação, especialmente educação básica, gratuita, pública”, diz Betina.

A analista recorda que recur-

sos financeiros só foram assegurados à educação a partir da Constituição de 1988, e que a Lei de Diretrizes e Bases surgiu ainda mais tarde, em 1996. “Mesmo que você atribua um percentual das receitas de Estados, municípios e União para educação, a disponibilidade de recursos é muito diferente entre as regiões”, afirma. “Temos uma história de diminuição dessas diferenças regionais muito recente. E, por ser um indicador de estoque, você vê que essa diferença fica mais pronunciada entre as regiões, principalmente nas faixas etárias mais velhas, que não tiveram acesso à expansão educacional ocorrida a partir do início da década de 1990.”

Apesar de a taxa de analfabetismo ser maior entre os mais

velhos, toda faixa etária apresentou diminuição nos índices ao longo das décadas. A alfabetização também é maior entre as mulheres; em 2022, 93,5% das brasileiras com 15 anos ou mais sabiam ler e escrever, enquanto o índice era de 92,5% entre os homens.

PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS. O IBGE também analisou alfabetização por cor ou raça. Segundo o levantamento, “a expansão educacional não beneficiou todos os grupos populacionais no mesmo ritmo”. Entre os que se declararam de raça branca ou amarela, a taxa de analfabetismo ficou abaixo da média nacional. Pretos, pardos e indígenas, por sua vez, tiveram índice acima da média do País, considerando os brasileiros com 15 anos ou mais.

Conforme o censo, 4,3% que se declararam brancos são analfabetos, índice que fica em 2,5% entre a raça amarela. Entre os que se declararam pretos, a taxa é de 10,1%; pardos, 8,8%; e indígenas 16,1%. Apesar da discrepância, o IBGE apontou que houve diminuição dessa distância em relação ao levantamento anterior, de 2010. Naquele ano, a variação na taxa de alfabetização era de 8,5 pontos entre brancos e pretos, 7,1 entre brancos e pardos, e 14,1 pontos percentuais entre brancos e indígenas. Em 2022, essas distâncias caíram para 5,8 pontos, 4,5 e 11,8, respectivamente. ● MARCIO DOLZAN